

A VIRILIDADE IMPERIALISTA NA CAÇA EM ÁFRICA: VIOLÊNCIA CONTRA ANIMAIS, “RAÇA” E GÊNERO COMO SIGNOS DO PODER COLONIAL TARDIO PORTUGUÊS

Caio Fabiano Lopes do Valle Souza
Mestre em História Social
Universidade de São Paulo
caiodoalle@gmail.com

Esta comunicação tem como objetivo principal identificar e compreender nuances do discurso colonial tardio português no concernente às dinâmicas das relações entre seres humanos e animais na urdidura da trama do imaginário imperialista sobre o continente africano. A ênfase recai sobre as colônias lusas de Angola e Moçambique, territórios vistos, ainda em meados do século XX, como detentores de exotismo natural e uma fronteira disponível para a sustentação da suposta superioridade racial branca de homens europeus sobre africanos negros pela prática da caça colonial. Animais silvestres africanos como rinocerontes, leões, avestruzes, elefantes, búfalos, gazelas, impalas, entre outros, aparecem como mecanismos propagandísticos do aparato discursivo de dominação e subordinação colonial. Nesse aspecto, publicações de livros, manuais e outros documentos impressos desempenham papel de relevo na manutenção de uma cultura de caça colonial entre colonos metropolitanos. Quer dizer, as premissas da pretensa supremacia branca tentavam se organizar também por intermédio da violência contra animais das colônias africanas, em exhibições de poderio bélico por homens brancos, como analisaremos a partir de um livro de caça – *Da vida e da morte dos bichos: subsídios para o estudo da fauna de Angola e notas de caça* – e de um artigo publicado num periódico editado pelo governo colonial moçambicano em 1940.

Palavras-chave: Moçambique; colonialismo; animais; Estado Novo; racismo.

A presente comunicação tem como intuito central identificar o reforço de categorias de oposição binárias do colonialismo português por meio de discursos produzidos por agentes coloniais em torno da temática da caça em Angola e Moçambique nos anos 1930 e 1940.¹ A breve investigação também se propõe a compreender como esses discursos se utilizam das interações violentas com animais selvagens para a manutenção de um *locus* de autoridade que hierarquizava seres humanos segundo “raça”,² gênero e classe social. Para tanto, são analisadas, centralmente, duas publicações impressas em meados do século XX com apoio do Estado Novo salazarista: o primeiro volume da obra *Da vida e da morte dos bichos: subsídios para o estudo da fauna de Angola e notas de caça*, escrito majoritariamente por Henrique Galvão (1895-1970),³ e um artigo da edição de número 21 do periódico oficial *Moçambique: documentário*

¹ Conceito empregue por uma historiografia mais contemporânea para descrever as especificidades políticas, socioeconômicas, ideológicas, culturais e militares das décadas finais da ocupação portuguesa dos territórios africanos de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde, em particular dos anos 1940 a 1975 – quando efetivam-se as independências políticas da maioria de tais países, após a queda do regime ditatorial português em abril de 1974. Ver CASTELO, Cláudia; THOMAZ, Omar Ribeiro; NASCIMENTO, Sebastião; SILVA, Teresa Cruz e (orgs.). *Os outros da colonização: ensaios sobre o colonialismo tardio em Moçambique*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2012. Em síntese muito apertada, cabe ressaltar que entre as características do colonialismo tardio lusitano acham-se o incremento da migração de brancos metropolitanos pobres para as colônias; a intensificação de um projeto educacional das populações locais africanas sob responsabilidade da Igreja católica por intermédio de um acordo político entre as autoridades portuguesas e o Vaticano; uma crescente contestação política da presença colonial por uma elite intelectual negra urbana nas colônias, o que desembocará na formação dos movimentos de luta armada nos anos 1960; e a agudização das pressões diplomáticas e internacionais sobre os governos de António de Oliveira Salazar (1889-1970) e Marcello Caetano (1906-1980) após 1945, com a formação da Organização das Nações Unidas (ONU) e a subsequente Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), bem como fóruns não alinhados no bojo da chamada Guerra Fria, caso da importante Conferência de Bandung (1955).

² O uso do termo entre aspas resulta de nossa escolha teórica de reforçar o caráter falso e arbitrário de tal conceito quando aplicado, sob o viés científico racista a partir do século XIX, a seres humanos.

³ Os cinco volumes da obra foram publicados entre 1933 e 1944 em Lisboa. Devido ao seu êxito editorial, o livro ganhou sucessivas edições ao longo das décadas seguintes. Nesta análise utilizamos CABRAL, Teodósio; PRATAS, Abel; GALVÃO, Henrique. *Da vida e da morte dos bichos: subsídios para o estudo da fauna de Angola e notas de caça – elefantes e rinocerontes*, vol. 1. 4.ed. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco, 1951. Galvão também é autor de romances de enorme apelo popular, incluindo o infantojuvenil *Kurika*, publicado pela primeira vez em 1944 e com edições tão recentes, em Portugal, quanto uma saída do prelo em 2008, algo denotativo da preocupante continuidade do apelo da literatura colonial entre segmentos da sociedade portuguesa contemporânea. Este livro usa animais africanos – um leão e uma macaca – como protagonistas de uma historieta construída à guisa de romance de formação.

trimestral,⁴ publicado sob a responsabilidade do governo lusitano na colônia índica.

Selecionamos tais textos em função de enquadrarem, por meio de estratégias discursivas diferentes entre si, a caça de animais silvestres em territórios da África como uma atividade voltada a um público eminentemente masculino, branco e metropolitano, enfatizando a pretensa valentia viril de seus praticantes, além de outros “atributos”, destacando-se entre eles a “razão” e o acúmulo de capital. Ao mesmo tempo, trata-se de publicações que, cada qual a seu modo, inferiorizam as populações humanas locais, sempre mobilizadas em chaves racistas e exóticas de interpretação e representação, em contraste com as supostas sagacidade, coragem e inteligência dos aventureiros brancos. Assim, os autores fazem uso corriqueiro dos animais com quem os caçadores brancos interagem para retratar africanos negros enquanto portadores de afetos infantilizados (medo extremo dos bichos, desejo irracional de enfrentá-los) e cheios da necessidade de tutela desses brancos para lidar com mamíferos como leões, elefantes e rinocerontes.

O homem branco, sobretudo o metropolitano, aparece sempre como o caçador idealizado, um contraponto às populações “indígenas” negras e às mulheres, estas descritas enquanto incapazes de qualquer agência organizativa para lidar com “perigos” do mato. A insistente comparação, em ambos os textos analisados, entre os caçadores brancos e as populações locais no interior de Angola e Moçambique, insere tais grupos em termos pouco “racionais”, aproximando suas vivências e sociedades dos animais silvestres. Com isso, o discurso dessas publicações reforça o lugar de privilégio dos europeus, portadores de sensibilidades urbanas simbólica e convenientemente posicionadas acima dos modelos de vida e sociabilidades rurais. Para tanto, como veremos a seguir, os bichos, as paisagens dos biomas onde a caça se praticava e as comunidades humanas locais se alocam sob a égide da “natureza” africana, em geral

⁴ PORTUGAL. *Moçambique*: documentário trimestral, v. 21. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1940.

figurada sob o manto do exotismo e diametralmente oposta às benesses da “civilização” ocidental de quem o caçador branco é, no limite, o seu representante mais fronteiriço.

A Europa *versus* os animais, a “natureza” e o “Outro”

Supostos portadores de vícios ou virtudes atribuíveis a seres humanos, para além de detentores de aspectos sagrados, espirituais, profanos ou divinos, os animais adquirem o *status* de signos sociais ou metáforas compartilhadas no seio de sociedades da Europa desde a Antiguidade. Ora no sentido metafórico, ora enquanto exemplos concretos das mais diversas formas de atraso ou mesmo de idealização, também convencionou-se utilizar os bichos para descrever, desmoralizar ou valorizar estrangeiros, reduzir populações inteiras a partir de sua “animalidade” ou demonstrar práticas condenáveis e até louváveis. A separação entre humano e “natureza”, de quem os bichos seriam os representantes *par excellence*, ganhou reforço retórico e simbólico imenso na expansão política e econômica europeia durante a modernidade colonial.

A partir daí, uma forte mentalidade dicotômica e essencialista se espalhava e consolidava com a influência do pensamento de europeus ocidentais como Francis Bacon (1561-1626), René Descartes (1596-1650), Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) e Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831). Com Carlos Lineu (1707-1778) e suas obras *Species Plantarum* (1753) e *Systema Naturae per Regna Tria Naturae* (a décima edição, revista, de 1758), as convenções classificatórias – e hierarquizantes – dos seres vivos se impunham em definitivo às metodologias da nascente ciência contemporânea, ainda muito dependente das ações exploratórias coloniais europeias sobre as suas vastas possessões ultramarinas na América, na África e na Ásia, com a coleta e a remessa de espécimes da flora e da fauna para a catalogação metropolitana.

Voz dissonante no início da modernidade, o filósofo Michel de Montaigne (1533-

1592) chegou a sustentar uma relação entre a crescente exploração humana que observava em práticas tais quais a escravidão atlântica e “atos de aprisionamento e exploração do animal”, que funcionariam como “uma prerrogativa humana para o processo de escravização de pessoas tidas como inferiores na hierarquia dos viventes”, argumentando que “nunca se viu um leão escravo de outro leão, nem um cavalo de outro cavalo” (MACIEL, 2016, p. 35).⁵ A contestação do antropocentrismo ocidental e suas imbricações éticas no relacionamento interespecies acompanhou a própria prática da filosofia moderna e contemporânea, ainda que não tenha obtido nada perto de um êxito no abalo da dicotomia cosmológica entre ser humano/cultura e “natureza”, tão necessária às dinâmicas predatórias do modo de produção capitalista e o seu permanente reconhecimento do mundo em termos de “recursos naturais” e “matérias-primas” transformáveis em mercadorias.⁶ Observa a crítica literária brasileira Maria Esther Maciel

⁵ Em seu ensaio “Sobre a crueldade”, Montaigne pondera acerca da relevância dos animais para o pensamento político desde os antigos romanos. Ao comentar uma passagem de Plutarco (c. 46-c. 120) sobre estrangeiros, assevera: “Pois ele diz que não era o gato ou o boi (por exemplo) que os egípcios adoravam; mas que adoravam nesses bichos uma imagem das faculdades divinas: neste, a paciência e a utilidade, naquele, a vivacidade, ou, como nossos vizinhos borguinhões e em toda a Alemanha, a incapacidade de suportar a clausura, o que representava para eles a liberdade que amavam e adoravam além de qualquer outra faculdade divina, e assim por diante.” Segue o pensador, agora relacionando seres humanos e outros animais: “Mas quando encontro entre as opiniões mais moderadas raciocínios que tentam mostrar a semelhança estreita entre nós e os animais, e o quanto eles participam de nossos maiores privilégios, e com quanta verossimilhança podemos compará-los a nós, sem dúvida rebaixo muito nossa presunção e renuncio de bom grado a essa imaginária realeza sobre as outras criaturas, que nos atribuem. Mesmo se esse não fosse o caso, há todavia um certo respeito que nos liga e um dever geral de humanidade não só em relação aos animais, que têm vida e sentimento, mas às próprias árvores e plantas. Devemos justiça aos homens, e bondade e benevolência às outras criaturas capazes de recebê-las. Há certa relação entre elas e nós e certa obrigação mútua.” Decerto, um modelo de conceber a presença humana no mundo de maneira radicalmente diferente, senão contrária, à matriz ontológica e epistemológica dominante em formação na Europa moderna do período. Ver MONTAIGNE, Michel de; SCREECH, M. A. (org.). *Os ensaios: uma seleção*. Trad. Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 281.

⁶ De acordo com o sociólogo brasileiro Jean Tible, Karl Marx (1818-1883) “pensa num homem finito”, sendo-lhe estranha a infinitude delirante sobre a qual o capitalismo se funda. O filósofo “busca saber se esse delírio tem cura, na forma de uma restituição da finitude e dos limites de um ser que, como parte da natureza, só pode ser impotente em totalizá-la” (TIBLE, 2020, p. 269). Assim, na “compreensão marxiana da ciência” não é possível aceitar “a ruptura entre natureza e história”, pois tal separação é “fruto de uma concepção idealista (e ideológica), já que ambas se condicionam reciprocamente” (idem). Produzir, para Marx, “não tira os homens do reino da natureza”, posto não ser o elemento humano “uma exceção no mundo natural” e nem a produção poder “ser entendida em termos independentes da natureza”. Tanto trabalho e produção “são atividades naturais; a relação homem-natureza é medida por sua própria ação”; e, embora a produção do valor de uso seja “atividade especificamente humana”, de modo algum “indica uma ruptura com a natureza”, pois “segue o processo natural de modificação da natureza, combinando formas, forças e matérias já existentes” (ibid., p. 267-268).

acerca do seminário *La Bête et le souverain* (a besta e o soberano), organizado no início do século XXI pelo filósofo franco-argelino Jacques Derrida (1930-2004):

Do “animal político” de Aristóteles, passando pela lei do mais forte na fábula “O lobo e o cordeiro”, de La Fontaine, pelo *homo homini lupus* de Hobbes e Lacan, o *loup-garou* de Rousseau, o homem dos lobos de Freud, até tangenciar as matilhas do devir-animal de Deleuze, o filósofo questiona as dicotomias legitimadas pelo pensamento ocidental em torno das diferenças hierarquizantes entre a espécie humana e as outras espécies, num movimento de desconstrução dos chamados “próprios do homem”. Para tanto, desestabiliza os limites entre soberania e animalidade, problematiza as noções de besta, bestialidade e besteira e, a passo de lobo, vai colocando em xeque as supostas propriedades (ou faculdades) que, segundo a tradição filosófica de feição cartesiana, os homens possuiriam e os outros animais não. (ibid., p. 36-37)

A Europa urbana, mais e mais industrial e capitalista e afastada de vivências rurais, contrastava-se com a África, esta enquanto metáfora de “uma ‘ciência’ da diferença”, um *logos* depois avançado e dominado pela antropologia imperialista, obediente à posição filosófica que concebia a organização do mundo segundo a “lei natural” (MUDIMBE, 2022, p. 82). Na interpretação hegeliana exposta em *Filosofia da história*,⁷ a própria “unidade indiscriminada e ausência de individualidade” do africano negro o aproximava “da natureza, do animal”, levando à constatação de que “não é um homem” (BRANDÃO, 2016, p. 2). O filósofo camaronês Achille Mbembe destaca que tal tradição de pensamento ocidental situava no(a) “nativo(a) [das colônias europeias] o protótipo do *animal*”: por encontrar-se “sujeito ao poder e ao estado colonial [ele/ela] de modo algum poderia ser um outro de ‘mim mesmo’ [*myself*]”. Afinal,

Como um animal, ele/ela era totalmente alheio(a) a mim. Suas maneiras de enxergar o mundo, suas maneiras de ser, não eram minhas. Nele/nela, era impossível discernir qualquer poder de transcendência. Encapsulado(a) em si mesmo(a), ele/ela era um conjunto de impulsos,

⁷ O filósofo prussiano descrevia o negro africano como “homem natural, selvagem e indomável”, sendo que nas suas sociedades “nada evoca a ideia do caráter humano”. Para ele, “o que entendemos por África é algo fechado e sem história, que ainda está envolto no espírito natural”. HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Filosofia da História*. 2.ed. Trad. Maria Rodrigues e Hans Harden. Brasília: Editora UnB, 1996, p. 84-85.

mas não de *capacidades*. Em tais circunstâncias, a única relação possível era uma de violência e dominação. No âmago desse relacionamento, o(a) colonizado(a) só poderia ser encarado(a) como a propriedade e a *coisa* do poder. [...] Pertencia, assim, à *esfera dos objetos*. Poderia ser destruído(a), assim como alguém mata um animal, o fatia, cozinha e, se houver necessidade, o come. (2001, p. 26-27. Grifos no original. Tradução minha.)

Fato é que a “violência epistêmica”, conforme o termo empregue pela crítica literária indiana Gayatri Chakravorti Spivak, acompanha o contato europeu com as populações locais da África (e as representações ocidentais sobre elas) por todo o longo período da empresa colonial. Esse “Outro da Europa como um Eu [*self*]” (SPIVAK, 2010, p. 63) constituiu um alicerce do *éthos* do “Plantationoceno” escravagista, classificador e hierarquizante de seres “humanos, inumanos e não humanos” segundo critérios bem localizados na geografia política, no gênero e na cosmovisão de seus formuladores, consubstanciada na epistêmica “*animalização* de homens e mulheres Pretos escravizados, de seus descendentes e de outras pessoas racializadas”, como as populações das colônias (FERDINAND, 2022, p. 239-247. Grifo no original.). Em concomitância, os animais selvagens, silvestres, exóticos e distantes – capturados, remetidos aos museus e outras instituições de pesquisa e exposição pública na Europa, inventariados, desenhados, representados nas artes e na literatura – passam a operar discursivamente como metáforas das terras e até das populações humanas ultramarinas.⁸

A invenção dos zoológicos em Paris, Londres e Berlim quase que

⁸ O livro *Cândido, ou o otimista*, publicado originalmente em 1759 em Paris, carrega uma passagem significativamente exemplar das origens literárias dessa associação durante o Iluminismo, ainda que no tom da sátira. Ao vagarem pela América do Sul, o protagonista e seu laçao, Cacambo, deparam-se com “duas raparigas completamente nuas que corriam com ligeireza à beira do prado, ao passo que dois macacos as seguiam mordendo-lhes as nádegas”. Europeu bem intencionado e dono de uma arma de fogo, Cândido os abate, para em seguida descobrir nos animais “quarterões de homens” os amantes das raparigas, resultando na seguinte reflexão racionalizadora da situação: “lembro-me de ter ouvido mestre Pangloss dizer que outrora tinham sucedido análogos acidentes, e que essas misturas tinham produzido egípcios, faunos, sátiros; que vários grandes personagens da antiguidade os tinham visto; mas eu tomava tudo isso como histórias da carochinha”. VOLTAIRE. *Cândido, ou o otimista*. Trad. Jorge Silva. São Paulo: Athena Editora, 1938, p. 66-67.

contemporaneamente às exposições universais organizadas nessas mesmas cidades, onde pessoas embarcadas nas colônias também eram expostas ao longo de meses ao público metropolitano m pretensiosas “vilas nativas”, reforçava as percepções dicotômicas entre um ambiente metropolitano racional, científico, progressivo, urbano e burguês e colônias essencialmente exóticas, selvagens, a-históricas e “atrasadas”, onde a “natureza” em estado puro constituiria a principal característica para a sua definição.⁹

Assim, o “avanço” (ou a “missão”) ocidental do imperialismo estaria legitimado, visto que o “resultado do contato entre eles [os primitivos] e a civilização europeia” lhes conduziria ao “aprimoramento contínuo” de sua “condição, caráter e costumes” (SAID, 2011, p. 270). Os efeitos se faziam sentidos nas representações publicadas e circulantes sobre o continente africano, com amplo protagonismo da “natureza” selvagem e dos animais silvestres, por vezes mais retratados do que as populações humanas das colônias. Tomemos um exemplo iconográfico entre muitos, mas bastante eloquente: a enorme difusão de uma xilogravura do escocês David Livingstone (1813-1873) em expedição no sul africano. Impressa primeiro no livro autobiográfico do missionário, de 1857, a imagem logo alcançaria outros formatos, como cartões e panfletos (Figura I). Nela, que responderia a um episódio real, a “África” visível corrobora os relatos e percepções de um local prenhe de mistérios, maravilhas e exuberâncias naturais nos quais os bichos com frequência indicam a ação. Aqui, o leão, metonímia da força “selvagem” (*ainda* indomada) do interior africano, ataca, ao centro, o religioso britânico, que espera ser salvo pela astúcia da pontaria da arma de fogo de um homem trajado à europeia, com africanos negros segurando lanças aparentemente inúteis no plano de fundo do desenho – alguns correndo sem um sentido discernível no contexto.

⁹ Para uma genealogia dos “zoológicos humanos” presentes nas metrópoles europeias e norte-americanas oitocentistas e novecentistas e suas conexões tanto com o imperialismo quanto com a ciência racista da época, ver KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. *Zoológicos humanos: gente em exibição na era do imperialismo*. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

Figura I – *The missionary’s scape from the lion* (o missionário escapa do leão).



(LIVINGSTONE, 1857, s.p.)

Diferenciação e hierarquização: os bichos e a gente nas colônias lusas

Se tomarmos de empréstimo a gramática mobilizada na cena imagética acima seremos capazes de rastrear alguns de seus signos imperialistas até meados do século XX em textos do colonialismo tardio lusitano. Para efeitos didáticos, enfatizamos três aspectos de representação já presentes na xilogravura do livro de Livingstone: o animal selvagem enquanto protagonista da cena (ao lado do homem branco europeu), a coadjuvação dos africanos negros locais e a centralidade da arma de fogo como símbolo principal de poder. Nos textos analisados nesta comunicação, tal trinca discursiva se faz mobilizada com grande frequência. No caso do primeiro volume do livro *Da vida e da morte dos bichos: subsídios para o estudo da fauna de Angola e notas de caça*, assinado por Teodósio Cabral, Abel Pratas e Henrique Galvão, embora escrito em sua quase totalidade pelo último, uma das passagens mais características da “violência epistêmica” praticada pelo olhar imperialista nas relações entre animais selvagens e seres humanos na África encontra-se num excerto de outra obra de caça escrita por Galvão (*O velo d’oiro*)

reproduzido no capítulo III. A passagem trata do abate de elefantes no Sul de Angola, tendo como protagonistas o trio de autores do livro, brancos portugueses que, para além de cargos na estrutura do governo colonial, tinham o gosto comum pela caça.

O personagem mais sintomático do referido trecho é Sabonete, homem negro que acompanhava a expedição de caça dos autores na condição de cozinheiro. Seu nome verdadeiro nunca se revela, e o papel narrativo a si atribuído por Galvão corresponde ao que poderíamos chamar de alívio cômico num relato permeado de ação, perícia e técnicas de caça. A descrição física do personagem revela que “sua face negra, de beiçola carnuda, tinha reflexos demoníacos” à luz do amanhecer (CABRAL et. al., 1951, p. 193); mas o estranhamento se desfaz algumas páginas à frente, quando Sabonete passa a ser apresentado como alguém que não devia ser levado a sério, até mesmo como uma pessoa dotada de megalomania. Afinal, ele “ia entusiasmado”, assegurando que “não tinha medo e que também atiraria aos elefantes, se lhe dessem uma espingarda” (ibid., p. 195). Aproveitando-se da ingenuidade e da boa-fé do cozinheiro, os três brancos decidem pregar uma peça, a fim de troçarem durante a caça:

Abel Pratas, de bom humor, conversava em surdina com o “Sabonete”. E os dentes do preto luziam em risos escancarados. Por fim perguntou-lhe se gostaria de ter uma espingarda para atirar também aos elefantes quando viessem. E o “Sabonete” confessou que trocaria esse prazer por cem angolares. Conferenciámos e resolvemos emprestar ao cozinheiro uma velhíssima espingarda, na qual o Pratas simulou meter alguns cartuchos. [...]

E o “Sabonete”, com a sua arma vazia, convencido de que, puxando o gatilho, abateria todas as feras deste mundo e do outro, foi colocar-se atentamente entre os *pisteiros* [os angolanos locais que buscavam as pistas dos elefantes], feliz, radiante e imobilizado pela comoção. (ibid., p. 196. Grifo no original.)

A alegria do trabalhador negro logo se frustraria, ao perceber, justo na hora H, que “sua” espingarda estava inoperante. Depois de os três colonos brancos mirarem, atirarem e matarem – cheios de astúcia e sangue-frio – um grupo de elefantes com as *suas* armas

funcionais, o personagem Sabonete acabaria engolfado pela fúria ao se descobrir enganado e zombado. Mas permanece o tom cômico a ele reservado no texto:

Os pretos surdiam de toda a parte para o festim da carne [dos elefantes mortos]: alegres, lépidos, com a gula a luzir-lhes na pupila.

Só o “Sabonete” andava carrancudo e silencioso, com cara de poucos amigos, ruminando amargamente uma cólera sombria. E tal era a sua catadura que o Pratas perguntou-lhe o que tinha.

E o solene cozinheiro, ofendido e magoado, respondeu:

– Uma *espingáda* sem *cáutuchos*!... Não é *paltida* que se faça a *pleto* nem a *blanco*!

E não nos perdoava o dispêndio da sua bela coragem a disparar uma arma vazia, que nada vomitava, por mais que lhe puxasse o gatilho. (ibid., p. 198. Grifos no original.)

A comicidade de Sabonete é acentuada pela transcrição de seu sotaque em português: mais um indício textual de que o personagem serviu como um contraponto à ousadia e ao cálculo refinado dos caçadores brancos. Por fim, o cozinheiro negro “perdoaria” os portugueses: “Só se recompôs quando o fotografámos sobre um dos elefantes, com três espingardas ao lado!”. Se não a arma de fogo no plano da ação ativa contra os animais (privilégio dos brancos), a captura pela câmera fotográfica na posição passiva ao lado dos símbolos da supremacia sobre os bichos. De qualquer forma, ambas as técnicas (manuseio de armas de fogo e fotografia) adstritas à presença colonial em Angola: seguia, portanto, intacta a hierarquia social e racial no interior da colônia. Não que caçadores africanos negros não existissem, segundo os autores.¹⁰ Sim, também os havia, mas os elefantes pouco se assustavam diante daquelas “inconcebíveis espingardas que os pretos às vezes usam” para afugentá-los das suas sanzalas (ibid., p. 97-98).

No livro *Da vida e da morte dos bichos: subsídios para o estudo da fauna de Angola e notas de caça*, vencedor do Prémio de Literatura Colonial da Agência Geral das

¹⁰ Em regiões mais ao sul de Moçambique, os maphisa representavam tanto conhecimento quanto a potência humana no contato com animais como os elefantes. Ver COELHO, 2015.

Colônias (AGC) em 1934, os autores portugueses defendem a existência de uma hierarquia *racial* entre os caçadores atuantes em Angola. Sobretudo os elefantes, que seriam a verdadeira “realidade” entre os bichos das selvas africanas devido à sua elevada inteligência, os animais selvagens somente respeitariam e temeriam caçadores *brancos*.

Não se pode dizer absolutamente que o elefante não tenha receio do indígena [negro]. [...]

Demais, também há caçadores indígenas e o elefante não ignora essa circunstância, por mal dos seus pecados.

Todavia, talvez porque é *mais de temer o caçador branco, e como quase todos os brancos que o elefante encontra são caçadores*, ao passo que o não são a maioria dos pretos que topa, o que é certo é que o elefante ousa em face dos indígenas ações que fazem crer que, pelo menos, em certas circunstâncias, põe de parte o receio que os pretos lhe podem inspirar. (ibid., p. 93-94. Grifo meu.)

Em função disso, os “assaltos às lavras dos indígenas são frequentes e constituem calamidades para os *pobres negros*” (ibid., p. 94. Grifo meu.), compreendendo-se, “portanto, que *os pretos sintam o pavor do elefante* que, não só lhes acomete as lavras, lançando-os para a fome, como também lhes ameaça as próprias vidas” (ibid., p. 96. Grifo meu.). Não à toa, o caçador branco de elefantes é “extremamente simpático dos indígenas”, que, a despeito das recentes leis de proteção à caça editadas pelo poder colonial, não são denunciados pelas populações negras locais às autoridades, que “nunca saberão da sua passagem por denúncia ou inconfidência indígenas”. “É que o elefante distingue muito bem, pelo olfacto sobretudo, o caçador do homem inofensivo” (ibid., p. 97). Consumido por um público metropolitano branco, o livro localiza assim os caçadores europeus como uma presença *necessária* para o “avanço” da “civilização” num espaço da fronteira colonial onde “as *sociedades animais dominam as próprias sociedades humanas*” negras (ibid., p. 13. Grifo meu.). As fotos que acompanham o livro mostram os autores em poses de triunfo frente a seus “troféus de caça” (elefantes e rinocerontes mortos por eles). Já as populações locais negras são retratadas nas imagens de uma

maneira coadjuvante (Figuras II, III e IV).

Figura II – *Um elefante macho abatido pelos autores.*



(CABRAL et. al., 1951, p. 33)

Figura III – *Indígenas desmanchando elefantes.*



(CABRAL et. al., 1951, p. 79)

Figura IV – *Pisteiros no acampamento.*



(CABRAL et. al., 1951, p. 222)

A hierarquização também se dá na astúcia dos caçadores brancos – para Galvão, as espécies dos animais abatidos carregam em si sentidos de dificuldade que tornam algumas impossíveis para “principiantes”. Ao narrar um episódio vivenciado por ele em 1932 na Gorongosa, área em que se praticava a caça na zona central de Moçambique, o autor esnoba um grupo de “rapazes que eram pouco menos do que iniciados” nas artimanhas do abate de animais selvagens na colônia. Embora esses jovens fossem brancos e metropolitanos, Galvão os contrapõe ao conjunto de caçadores que integrava, descrevendo os moços como “novatos a quem qualquer antílope alimentaria o entusiasmo nascente”. Saíram os dois grupos de manhã cedo, cada qual “ao seu destino”. “À tarde regressaram os caçadores sem terem topado os grandes brutos que procuravam. Entretanto os principiantes tinham abatido doze búfalos!” Isso, porém, não denota para o narrador nenhuma qualidade a se admirar, pois tirante as “peças de honra”, como o leão e o elefante, que ele e seus parceiros perseguiram e não acharam de primeira, outros animais silvestres moçambicanos, mormente os búfalos – a caça “mais fácil deste mundo” –, só constituíam troféus para quem, como aqueles jovens inexperientes, atirava “ao acaso, sobre uma manada que se lhes deparou” de repente.

“Não usaram de quaisquer precauções: vê-los e atirar-lhes foi caso posto e resolvido. Despejaram tiros sobre tiros; feriram uns, mataram doze – e nenhum dos opulentos bichos se voltou contra eles.” As sentenças finais sobre os jovens reiteram a pose de superioridade técnica e moral do autor e seus companheiros de armas: “Não sei se ficaram convencidos de que a caça ao búfalo é a mais fácil deste mundo. É possível que sim. Mas se assim foi, ainda bem que regressaram à Europa e que não foram mais vezes [à África], com a sua bela convicção, atrás dos búfalos” (CABRAL et. al., p. 181).

Devemos considerar que um escritor como Galvão “terá sido mesmo um dos mais conhecidos e vendidos autores de livros promotores da presença portuguesa em África”, embora mais tarde tenha se afastado do aparato estado-novista. De qualquer forma, seus livros suscitavam “nos leitores o desenvolvimento de um imaginário simultaneamente aventuroso, exótico e de coexistência pacífica e naturalizada entre o colono e a população indígena” (MEDEIROS, 2021, p. 78). Aliando seus conhecimentos obtidos como governador colonial em Huíla, Angola, com a fixação pela caça, aventurou-se como escritor para um público alargado no Portugal metropolitano,

promovendo o conhecimento de uma realidade longínqua para a esmagadora maioria de portugueses da metrópole através da exploração de um tema (animais selvagens de África) e de um estilo (escrita não técnica, dotada de uma estrutura narrativa propositadamente cativante) capazes de seduzir para o consumo leitoral uma audiência ampla. (ibid., p. 84)

Em seus textos, a função “civilizatória” da caça deveria ser praticada não só por alguém branco, mas *homem*,¹¹ visto que para “ser atirador, simples matador de animais bravios, basta dispor-se de uma espingarda e saber servir-se dela. Um aleijado, um velho,

¹¹ E rico, pois assevera o texto: “Além disso, nem há muitos caçadores de elefantes nem este desporto ou profissão está ao alcance de toda a gente. Exige, além de um *capital relativamente importante*, qualidades e recursos que nem todos possuem.” (CABRAL et. al., p. 22. Grifo meu.)

uma criança, *uma mulher débil*, podem, em muitas circunstâncias, atirar e matar um animal selvagem”. Eis o que, para ele, distinguia “entre o simples atirador e o caçador” (CABRAL et. al., p. VII. Grifos meus.). Quanto às mulheres negras das comunidades no interior angolano, o discurso se reveste de mais “violência epistêmica” na representação. Ao descrever a festança dos “pretos” depois que elefantes eram mortos por caçadores brancos, os autores afirmam que enquanto os homens negros rasgavam a carne das carcaças para levar para casa, “as mulheres, geralmente, esperam acocoradas, naquela apatia animal da preta, acostumada a obedecer e a procriar” (ibid., p. 101). O vínculo entre populações humanas e a “animalidade” é aqui escancarado.

Por fim, e no que tange ao papel sempre coadjuvante das populações negras no texto analisado, os autores com frequência ignoram ou desdenham os conhecimentos locais sobre os animais que estão sendo caçados pelos brancos, ainda que admitam os saberes dos “pisteiros” para conduzi-los até os bichos que desejam matar. Um trecho do livro revela a desconfiança com que os caçadores brancos deveriam tratar os habitantes do interior de Angola: “Com os indígenas, em geral, não se deve contar. Magníficos auxiliares como *pisteiros* e carregadores, desaparecem milagrosamente quando a iminência do perigo se aproxima” (ibid., p. 165. Grifo no original.). Outra passagem, redigida na chave da mistificação de um grupo de locais, é incapaz de perceber elementos de uma cosmovisão diferenciada na relação entre humanos e outros viventes:

Todavia, mesmo depois de morto, [o elefante] ainda lhes infunde certo respeito. Olham pasmados para o grande corpanzil estiraçado e imóvel, avançam silenciosamente. E aqueles que pela primeira vez o vêem mastigam umas ervas que lhes são indicadas pelos mais velhos e *vêm, reverentemente, encostar a cabeça à cabeça do cadáver.*

Esperam assim conseguir que outros não lhe venham a fazer mal se, por desgraça, houverem de os encontrar. (ibid., p. 99. Grifo meu.)

A ridicularização violenta presente na escrita do trecho acima contrasta com a grande sensibilidade da prática narrada, que encontra ecos em frequentes acordos verificados entre populações humanas e animais de comunidades do centro-sul africano. Caso dos *lega* do centro-oeste do Congo e dos *lunda* do Catanga, para quem a morte de um animal nunca pode ser óbvia. Os pactos estabelecidos entre essas comunidades e os leões, por exemplo, impede que os bichos ataquem as crianças; quando o acordo é rompido, um leão adulto é abatido por caçadores, restabelecendo-se o acordo original.¹²

A propósito de rupturas frente a esse modelo de insensibilidade epistemológica, nas últimas décadas vêm ganhando densidade e importância, em especial nos campos do direito,¹³ da filosofia e da sociologia, a busca pela compreensão das relações históricas entre seres humanos e outros animais. Da antropologia, o aporte de estudos sobre cosmovisões ameríndias se ramifica em contribuições potentes para questionamentos da ontologia de matriz cartesiana e hierarquizante, em que a humanidade se decalca em absoluto da “natureza” devido ao diferencial de um restrito paradigma de razão. Aqui, destacamos principalmente as reflexões sobre entes não humanos e sua relação com comunidades amazônicas trazidas por estudos em torno do perspectivismo ameríndio.¹⁴

Discurso colonizador sobre um “paraíso”

Veiculado no periódico *Moçambique: documentário trimestral*, em sua vigésima primeira edição, de 1940, o artigo “Moçambique, no ‘paraíso da caça’”, localizava o

¹² A dinâmica foi relatada pelo acadêmico do Congo Jean Mukaz Tshizoz. Ver DESPRET, Vinciane. *O que diriam os animais?* Trad. Letícia Mei. São Paulo: Ubu Editora, 2021, p. 127-128.

¹³ Estudos do campo da ética e da filosofia do direito que enfatizam, por exemplo, “as barreiras ontológicas que se firmaram no sentido de separar e estratificar o homem da natureza como também o próprio papel do Direito no sentido de criar narrativas próprias que passam a conferir sentido próprio à realidade”. Ver LOURENÇO, Daniel Braga. A perseguição e a condenação criminal de animais: o processo judicial como meio de conferir integridade às narrativas sociais em conflito. *Revista Brasileira de Direito Animal*, Salvador, v.12, n.02, Mai- Ago 2017, p. 87.

¹⁴ VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 115-144, 1996.

homem branco metropolitano e urbano (colono e/ou turista) como o histórico portador de “civilização”, inclusive pela “exploração” do mato. Originalmente uma monografia da Repartição Técnica de Estatística, o texto, uma apologia da caça e do turismo no interior do território moçambicano, seguia argumentação menos prosaica do que o livro capitaneado por Henrique Galvão. O discurso, nessa publicação oficial do salazarismo impressa na capital Lourenço Marques (atual Maputo), modulava-se através de notas triunfalistas e nacionalistas, embora também pudesse ser (e era) direcionado a um público abastado do exterior – em especial membros das classes dominantes entre a minoria branca das vizinhas Rodésia do Sul e África do Sul interessados em safáris.

Certo, caçar em África não é já hoje aquela temerosa aventura de há pouco mais de meio século. A expansão do *Homem branco portador da civilização*; a abertura de estradas, o assentamento de vias férreas; a *pacificação do indígena* e a rede de centros populacionais eliminaram dos cálculos preparatórios da expedição de caça *os perigos da tribo guerreira*, da fome e da sede. Mas quanto não fica ainda de aventuroso!... Quantos imprevistos e percalços exigindo um espírito decidido e audaz de improvisação, uma tenacidade e resistência física de grande ténpera, uma *coragem reflectida*, feita de sangue-frio e de absoluto domínio de nervos... *A caça em África é hoje ainda e sê-lo-á por muitos anos um contínuo apelo à audácia e à bravura, à astúcia e à aptidão do Homem, um viril motivo de heroísmo.* (PORTUGAL, 1940, p. 46-55. Grifos meus.)

Permeado de fotos aéreas das paisagens “naturais” moçambicanas, o artigo reafirma a presença portuguesa na região, supostamente legitimada por uma história construída durante séculos – e que continuava a se erigir num presente em que a presença colonial lusa seria cada vez mais contestada. A prática da caça, assim, constituiria uma oportuna ocasião para se deparar, nas vastidões do interior do território, com “evocações e fastos dos descobridores e exploradores portugueses de 500 e 600”, pretensos indícios de uma “avançada épica da Civilização nestas remotas paragens – por tudo Moçambique se impõe à curiosidade do turista e à paixão do caçador” (ibid., p. 55). Tanto quanto no

livro de Galvão, a caça aqui é retratada como atividade masculina, intrinsecamente associada à expansão da “civilização” do “Homem branco”, que levava à “pacificação do indígena”. Nesta altura, a “aventura” não lançaria os mesmos desafios do final do século XIX, como os “perigos da tribo guerreira” epitomizada no Reino de Gaza e na figura de resistência do Ngungunhane (1850-1906) e seus guerreiros; ainda assim, turistas e caçadores esportivos provariam seu “heroísmo”, sua “coragem”, seu “sangue-frio” e seu “absoluto domínio de nervos” ao lançar-se pelo mato moçambicano, atrás de elefantes, búfalos, avestruzes e impalas. Os bichos tomam o lugar de perigo outrora reservado a comunidades humanas não “pacificadas” nos moldes ocidentais.

Mais uma vez, o gênero sobrepõe-se, numa evidente associação “entre a masculinidade e o poderio nacional” – a historiadora norte-americana Joan Scott lembra-nos de que “o apelo explícito à virilidade” constitui uma das faces da “legitimação da guerra” pelo Estado contemporâneo (SCOTT, 1995, p. 92). Antes, militares portugueses associados à “Geração de 95” eliminaram o “perigo” nguni, num momento de disputas territoriais com a Inglaterra no sul africano, o que os alçaria ao panteão de “heróis” lusos; agora, a caça de animais silvestres corresponderia a um novo sentido exploratório, garantindo ao homem branco o autolegitimado posto de “audácia”, “bravura”, “astúcia” e “aptidão” frente à “natureza” – cenário também encerrado num falso *lócus* de “paraíso” original intocado pela ação humana, como se observa no título.

É imperioso notar que o período em questão marca o início de uma tentativa de o Estado Novo incentivar o desenvolvimento econômico das colônias africanas submetidas a Portugal, em busca de algum fio de autoridade no qual amarrar a manutenção de seu imperialismo desconcertantemente tardio. A pecuária, a agricultura e o turismo afiguram-se entre as alternativas políticas aventadas para esta finalidade – todas as práticas, de alguma forma e em certo grau, exigindo a prática da matança de animais selvagens, que

colocariam em risco a criação de gado bovino, as lavouras, supostamente fazendo circular zoonoses, além de estimularem a criação de circuitos turísticos de safri de caça com algum reconhecimento internacional. A época é marcada por discussões veterinárias acirradas entre defensores da “caça grossa” e descontrolada e especialistas preocupados com a matança sem fim de bichos silvestres, levando a considerações que culminariam na criação de leis restritivas  caça irrestrita e na instituição do Parque Nacional da Gorongosa, em 1960 (CORREA, 2011).

Considerações finais

Embebidos da mentalidade dicotmica ocidental que opõe seres humanos/cultura e “natureza”, os textos aqui analisados inserem-se num quadro mais amplo do colonialismo tardio português em que os animais selvagens figuram enquanto aparatos discursivos da metáfora de uma “África” a-histórica e “atrasada” – pretensamente carente, portanto, da intervenção colonial europeia. Consumidos por populações brancas da metrópole e elites de outros países, tais discursos mobilizam, de diversas maneiras, os bichos silvestres como instrumentos auxiliares para legitimar a subordinação colonial tardia de colônias africanas como Angola e Moçambique pelo aparato estado-novista português. Ora pela chave do “perigo” que os animais representariam para as populações locais africanas – supostamente frágeis ao ponto de serem incapazes de lidar com essas “ameaças”, como vimos no inverossímil caso dos elefantes “dominadores” de comunidades humanas descritas por Henrique Galvão –, ora pelo estímulo da autoridade da presença histórica de homens portugueses brancos na região, os bichos e suas relações com comunidades humanas foram utilizados para justificar práticas violentas – destacando-se a caça – que insistiam na presença da masculinidade metropolitana no controle político, econmico e social das colônias.

Referências

Fontes primárias

CABRAL, Teodósio; PRATAS, Abel; GALVÃO, Henrique. *Da vida e da morte dos bichos: subsídios para o estudo da fauna de Angola e notas de caça – elefantes e rinocerontes*, vol. 1. 4. ed. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco, 1951.

LIVINGSTONE, David. *Missionary travels and researches in South Africa*. Londres: John Murray, 1857.

PORTUGAL. *Moçambique: documentário trimestral*, v. 21. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1940.

Livros

DESPRET, Vinciane. *O que diriam os animais?* Trad. Leticia Mei. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

FERDINAND, Malcom. *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. Trad. Leticia Mei. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. *Zoológicos humanos: gente em exibição na era do imperialismo*. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

MACIEL, Maria Esther. *Literatura e animalidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MBEMBE, Achille. *On postcolony*. Berkeley: University of California Press, 2001.

MEDEIROS, Nuno. *Pelo Império, Publicar!* Defender o colonial português através da edição de livros durante o século XX na metrópole. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2021.

MUDIMBE, Valentin-Yves. *A ideia de África*. Trad. Fábio Roberto Lucas. Petrópolis: Vozes, 2022.

SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Trad. Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TIBLE, Jean. *Marx Selvagem*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

Artigos e tese

COELHO, Marcos Vinícius Santos Dias. *Maphisa & Sportsmen: a caça e os caçadores no sul de Moçambique sob o domínio do colonialismo – c.1895-c.1930*. Tese (doutorado em História). 262 fls. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2015.

CORREA, Sílvio Marcus de Souza. Caça e preservação da vida selvagem na África colonial, *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 18, n. 25, p. 164-183, ago. 2011.

LOURENÇO, Daniel Braga. A persecução e a condenação criminal de animais: o processo judicial como meio de conferir integridade às narrativas sociais em conflito. *Revista Brasileira de Direito Animal*, Salvador, v.12, n.02, Mai- Ago 2017.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v. 15, n. 2, p. 77-99, 1995.